

Um olhar crítico sobre a figura da condessa de Barral na biografia histórica

Vanessa Gandra Dutra Martins

Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP

Resumo

Este artigo procura fazer uma leitura crítica da utilização da figura da condessa de Barral na biografia histórica e romaneada, intitulada Condessa de Barral, a paixão do imperador, assinada por Mary Del Priore e editada pela editora Objetiva, destacando as questões teóricas referentes às biografias, aos limites entre a literatura e História, à escrita epistolar como fonte histórica e a ética do historiador enquanto educador.

Palavras-chave: Biografia; Ética; Educação.

Abstract

This article attempts a critical reading of the use of Countess of Barral's figure in the historical and novelized biography, titled Condessa do Barral, a paixão do imperador, authored by Mary Del Priore and published by Objetiva, highlighting the theoretical issues relating to biographies, the boundaries between Literature and History, epistolary writing as a historical source and the ethics of the historian as an educator.

Keywords: Biography; Ethics; Education.

Na esteira da moda da popularização da história explorada pelo mercado editorial brasileiro nos últimos anos, o livro *Condessa de Barral: a paixão do imperador*, de Mary Del Priore¹ pode ser classificado como uma biografia histórica de Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de Barral e da Pedra Branca, mulher que manteve uma extensa amizade e uma intensa correspondência com D. Pedro II nos últimos quarenta anos do século XIX. Especulada à exaustão por historiadores e jornalistas dos séculos passados, o relacionamento entre condessa e imperador sempre dividiu as opiniões², de um lado classificado como um amor platônico e de outro como um romance extraconjugal, tendo como única fonte de pesquisa a extensa correspondência entre os dois, incompleta por ter tido uma parte queimada pelo imperador, e ainda causadora de opiniões antagônicas entre si.

O livro *condessa de Barral: a paixão do imperador* insere-se, obviamente, a começar pelo título, entre os historiadores (Mary Del Priore, mesmo se dizendo uma apaixonada pela ficção literária é uma conceituada historiadora e pesquisadora brasileira) que defendem a tese do romance extraconjugal.

Imbuída pela convicção, a historiadora/romancista procura apresentar ao leitor a mulher capaz de despertar e manter a paixão de Pedro II por

¹ DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

² Ver:

BARRAL, Condessa de. *Cartas à suas majestades – 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. [online] Disponível na Internet via web. URL: <http://correiodabahia.com.br>. 2004. Arquivo capturado em outubro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Herança Filantrópica*. [online] Disponível na internet via web: <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em outubro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado*. [online] Disponível na internet via web. <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Paixão outoniça*. [online] Disponível na internet via web. URL: www.correiodabahia.com.br. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. [online] Disponível na internet via web. URL: <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

MAGALHÃES JR. Raimundo. *D. Pedro II e a condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956, 436p.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. São Paulo: Livraria Martins - Editora, 1942.

quarenta anos. Em nenhum momento o livro levanta alguma dúvida sobre a hipótese ou tenta levar o leitor a um questionamento ou leitura crítica sobre a polêmica, portanto não existe a intenção de fazer uma problematização nova ou diferente sobre o tema ou sobre a figura da condessa de Barral.

Desse modo o gênero biográfico é perfeito para que historiadores possam criar livremente, longe dos entraves documentais e distanciar-se dos rigores do método historiográfico, como nos lembrou Giovanni Levi (1989, p. 82), mas não para livrá-los dos problemas comuns ao gênero.

Se há mais de vinte anos atrás Giovanni Levi (*Ibid.*, p. 82) apontou a existência de obstáculos documentais, muitas vezes intransponíveis para o historiador/biógrafo, como os atos e os pensamentos da vida cotidiana de seu personagem, as dúvidas e incertezas, o caráter fragmentário da identidade e dos momentos contraditórios na constituição do personagem biografado, no livro *Condessa de Barral, a paixão do imperador*, a ausência dos mesmos se tornam muito evidentes e mostram que Levi continua muito atual em suas considerações.

Utilizando-se da noção sartriana de “projeto original” das biografias comuns, a autora organiza a vida da condessa de Barral como uma história que transcorre segundo uma ordem cronológica, que segundo Bourdieu (1989, p. 90), é também lógica, pois possui uma origem, um ponto de partida, uma razão de ser, até o seu término, que também é um objetivo.

No caso da biografia da Condessa de Barral, a meu ver, o motor é a paixão que ela supostamente despertou e conseqüentemente a busca da autora pela “essência” desta mulher “incomum” que teria sido capaz de levar o imperador a viver um relacionamento extraconjugal até a morte da biografada.

Para reforçar o que Bourdieu (*Ibid.*, p. 90) chamou de “ilusão retórica” e empregar significado a sua tese, a autora busca relações e coerências da vida da condessa com a vida do imperador na infância dos dois. Desse modo, relações entre a vida dos dois personagens históricos são buscadas com muita veemência e questionável relevância. Seguindo este viés, para a

autora a condessa de Barral já entrava, sem saber na vida de D. Pedro II através dos brinquedos que seu pai, Domingos de Barros, diplomata, enviava de Paris para os príncipes no Brasil. Portanto os dois teriam muito que recordar anos mais tarde. Assim ela coloca de modo explícito o que está implícito nos “já”, “desde pequeno” buscando por uma explicação, um sentido, uma origem coerente e unitária. E desse modo, sua biografia romanceada, conforme Bourdieu (1989, p. 80):

distancia-se completamente do romance moderno onde o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório.

Ao utilizar o contexto histórico para caracterizar a atmosfera e explicar algumas singularidades da trajetória de vida da condessa de Barral, a autora exagera na grande quantidade de descrições sobre a maneira como eram efetuados os partos das mulheres no Brasil Colonial e provavelmente, por falta de fontes sobre a protagonista, busca na biografia de seu pai, Domingos Borges de Barros uma analogia que se revela tão exaustiva como a narrativa romanceada dos partos.

Excetuando a utilização do contexto histórico, que recebe grandes descrições por parte da autora e a tentativa de expandir o universo da condessa de Barral através da narrativa de vidas como a do pai, dos irmãos e do próprio paralelo com Pedro II, a sensação maior que se tem ao chegar à metade do livro é que a única fonte histórica que dispõe a autora é mesmo parte da correspondência escrita entre ela e Pedro II. Mas a maneira como as cartas são utilizadas pela autora, a meu ver, é, sem dúvida, um dos pontos mais controversos da biografia.

Essas cartas constituem-se em textos de gênero híbrido, como lembrou Gotlib (2003, p. 93) ao falar da escrita feminina, que costuma ser, com frequência um gênero dificilmente classificável: artigos-crônicas-diários-depoimentos-testemunhos-notas de leitura de arte-literatura, cultura geral, entre outros. Pouco dela foi aproveitado na biografia da condessa de Barral,

a não ser o que poderia dar margem à interpretação do suposto romance entre os dois e em nenhum momento a escrita da condessa foi olhada como manifestação de refúgio dela própria para o seu mundo interior. Aquele mundo citado por Moreira Leite (1979, p. 28), onde nos refugiamos, às vezes para fugir da imagem que os outros formaram de nós; outras vezes para procurarmos o príncipe encantado, capaz de nos redimir aos nossos olhos; ou então, para explicarmos a vida através de nós mesmos, como se pudéssemos dominar a nossa incoerência e os absurdos do mundo externo.

Se as cartas pessoais eram interpretadas como documentos « fechados » pela historiografia anterior à mudança de paradigmas, atualmente é possível vislumbrar o que elas contêm. Se em muitos casos a carta pode fornecer algumas informações que faltavam na tessitura do passado, em outros, ela não teria o poder de revelar ‘verdades ocultas’ por trás do véu das aparências por pertencer ao campo do imaginário, do discurso, da subjetividade. Se é fonte, é também um artefato literário e pode receber grande contribuição da literatura quando utilizada na reconstrução do passado por historiadores.

A carta é como uma exposição mútua através do ato de escrever, onde é possível fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro, como aponta Foucault, e de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. É também uma narrativa de si e narrativa da relação consigo mesmo. Nela é possível destacar, segundo Foucault (1983, p. 145), alguns elementos estratégicos: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações), as atividades do lazer (mais do que os acontecimentos exteriores), o corpo e os dias.

As notícias da saúde fazem tradicionalmente parte da correspondência e ao poucos adquirem a dimensão de uma descrição detalhada das sensações corpóreas, das impressões de mal - estar, das diversas perturbações que se experimentou. Outras vezes se trata de lembrar os efeitos do corpo sobre a alma. A ação exercida pela alma em retorno, ou a cura do corpo pelos cuidados prestados à alma.

A carta é também uma maneira de se apresentar ao correspondente no decorrer da sua vida cotidiana. Relatar o seu dia e não por causa da importância dos acontecimentos, mas justamente na medida em que eles nada têm para deixar de ser igual a todos os outros, atestando assim, a qualidade de um modo de ser. É como “viver sob o olhar de outrem sem nada ter a esconder”. Quando a carta faz a narrativa de um dia vulgar, nela evoca o muito útil hábito de “passar em revista o seu dia”, é o exame de consciência aos moldes dos pitagóricos, epicuristas e estoicos. Um exercício mental de memorização com o objetivo de se constituir como inspetor de si mesmo e avaliar as faltas comuns e reativar as regras de comportamento que é preciso ter sempre no espírito. Todo o conjunto de sutis informações sobre o corpo, a saúde, as sensações físicas, o regime e os sentimentos mostram a extrema acuidade de uma atenção vivamente concentrada em si próprio.

A carta, não raramente, pode ser enviada para auxiliar o seu correspondente para aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo. O exercício de escrita desse tipo de texto constitui também uma maneira de se treinar: tal como os soldados se exercitam no manejo das armas em tempo de paz, também os conselhos que são dados aos outros na medida da urgência da sua situação constituiriam uma maneira de se preparar a si próprio para eventualidade semelhante.

Enfim, através da correspondência o indivíduo acaba por criar também uma literatura de si, e essa literatura é tão transgressiva como aquela que objetiva transpor os limites da linguagem, pois se trata de reinventar a si mesmo e de transpor o limite do que somos.

Dessa forma, ao tentar construir um texto que esboce a si mesmo, relate os aspectos escolhidos de seu cotidiano, expresse impressões sobre a alma, o corpo, o lazer, demonstre um “eu como tarefa a ser realizada” (pois não se trata de um personagem pronto, mas em permanente construção), o indivíduo cria, do ponto de vista estético, um eu “versátil” que se constitui como ficção.

Assim, a partir do momento que o historiador faz uma pergunta para a ‘fonte’ carta, estabelece-se um diálogo no jogo transdisciplinar e interdiscursivo das formas de conhecimento sobre o mundo, no caso, história e literatura. Mas não se pode esquecer que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação

Quando a literatura pode ser utilizada como fonte histórica, o texto literário atinge a dimensão da “verdade do simbólico”, que se expressa de forma cifrada e, oferecendo ao historiador acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Isto implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção.

No caso da carta é importante relativizar, pois sua postura de texto literário, de criação e narração de si, de imaginário, também configura uma expressão ou sintoma de pensar e agir. Conforme Pesavento (2006, p. 8), *os tais fatos narrados não se apresentam como dados acontecidos*, mas como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidade e significância. Aí forma-se um delicado espaço subjetivo saturado de sexualidade e ambiguidades que necessitaria de maior esmero metodológico em sua análise e não a sua utilização simplista para fins mercadológicos.

Não há nada de novo encontrado pela autora na correspondência entre Barral e Pedro II, além das cartas já divulgadas, ao contrário do que apregoa a publicidade em torno do livro. Há sim, no final, o ato que Gotlib (2003, p. 94) classificou como a “marcha na contramão” quando se investe contra o

veto imposto ao documento (seja pela ordem pública ou privada). No caso sabemos, ao ler a correspondência, que havia um acordo entre condessa e imperador em queimar parte da correspondência, portanto a marcha é contra o veto dos próprios personagens. Nesses casos, faço minhas as palavras de Gotlib (Ibid., p. 94):

Nos casos em que se investe contra o veto, (nesse caso, especificamente) marcha-se na contramão. O objeto é assim levado para um território de indagações imprevisto, em direção ao seu negativo, ou avesso, de onde ressurgem, revelado, contrariando e complementando uma primeira oficializada versão de sua história.

Daí a sensação de *deja vu* que o livro proporciona.

O exercício de decifração dos códigos contidos nas mensagens das fotografias e pinturas da Condessa de Barral, feito pela autora é ora simplista e ora manipulador. Abusando dos adjetivos ao descrever as fotografias da condessa de Barral introduz continuamente uma forte conotação de valores e razões (muito particulares) elaborados unicamente para emprestar veracidade a sua tese. Como se pode ver, as legendas das imagens escolhidas pela autora como : *A sedutora que nada podia deter ; dona de um meio sorriso e um ar doce que não excluía a obstinada força de vontade ; expressivos olhos de veludo ; a fadinha ; sorriso enigmático de Gioconda ; a camaleoa*, constituem uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem e insuflar um ou vários significados. É, segundo, Barthes (2007, p. 333/334) a palavra que vem sublimar, patetizar ou racionalizar a imagem ; mas como essa operação se faz a título acessório, esse conjunto informativo parece principalmente fundado sobre uma mensagem objetiva (denotada) da qual a palavra não passa de uma espécie de vibração segunda, quase inconsequente, mas na realidade o texto torna pesada a imagem, enxerta-lhe de uma cultura, moral e imaginação, no caso, totalmente desnecessário e tendencioso. Talvez por não alcançar a mínima proximidade entre discurso e imagem, a mensagem verbal da autora não parece participar da objetividade das imagens por ela escolhidas.

O livro sucita também a questão da ética não apenas referente ao historiador, mas do pesquisador e do educador. Pesquisar, segundo Nosella (2008, p.255) é descobrir novos conhecimentos que possibilitem a solução de novos problemas (...) já que a cada momento histórico o ser humano se propõe novos problemas. Existindo as condições técnicas para a sua solução, a possibilidade de resolvê-los torna-se uma opção, um dever, isto é, uma questão ética.

A autora, ao assumir-se como historiadora afastou-se consideravelmente do preceito ético da pesquisa histórico-biográfica sobre a condessa de Barral quando não propôs novas problematizações sobre o personagem. No « corpus » da historiografia atual não há mais espaço para construções romantizadas, heroicizadas de figuras femininas, muito menos para tentativas de redução desses sujeitos ou de torna-los sujeitos a uma figura masculina. Seria interessante se a Condessa de Barral fosse mostrada como uma mulher de seu tempo com as ferramentas teóricas que já dispomos atualmente e com as abordagens sobre sexualidade, gênero, fontes históricas devidamente atualizadas.

Conforme Nosella (2008, p.265) o limite ético da pesquisa é traçado pela dialética entre consciência individual, sociedade civil e sociedade legitimamente empossada. Porém, a consciência do pesquisador é a última instância de decisão. Lamenta-se que a mercantilização da história por algumas editoras encontre historiadores dispostos a aceitar as regras de mercado reproduzindo velhas e estereotipadas histórias em detrimento de sua responsabilidade social, profissional e política.

Obras que não educam ninguém, mas « amestram », nas palavras de Jacques Derrida, (2006, p.604) não acrescentam, não ajudam a formar um pensamento crítico, não despertam reflexão, já que os objetivos estão postos e estes não podem ser tematizados quanto aos seus fundamentos.

Em relação à questão ética do educador, Paulo Freire (1996) nos lembra de que os educadores (e a autora ao se apresentar como historiadora não se exime disso) deviam assumir uma “ética universal do ser humano”

inseparável da sua prática educativa. Dentro dela, conforme Padrós, (2004, p. 219) há lugar para condenar o discurso neoliberal, a exploração do trabalho humano, o falseamento da verdade e todo tipo de discriminação. Freire, (*Ibid.*), com isso, não estava priorizando a função social do conhecimento em detrimento da função teórica. Ao definir o que considera ético no trabalho do educador, lembra que o problema não consiste no fato de o professor posicionar-se ou assumir seu ponto de vista. O problema está em absolutizar o seu ponto de vista, ou seja, em desconhecer que a razão ética pode não estar com ele. (Padrós, 2004, p. 219)

E a autora o faz quando nega a ambiguidade existente na correspondência entre a Condessa e o Imperador, que mescla sentimentos visíveis de amizade, erotismo e amor. Elementos que trazidos à tona não poderiam deixar de ser inseridos no quadro de suas significações históricas e culturais, como produtos sociais e discursivos que são.

Além disso, a omissão de tantas outras concepções históricas sobre o tema também nos leva ao alerta de Freire, que considera prejudicial qualquer declaração de (pretensa) neutralidade, o que não significa, porém, abandonar uma preocupação rigorosamente ética. Para ele a ética do educador não pode omitir nem mentir a respeito de outros pressupostos que discordem dos próprios. Segundo Padrós (2004, p. 219): Fiscalizar para evitar que o utilitarismo da história coloque em xeque a validação do seu conhecimento específico e da sua legitimidade teórica é, portanto, uma tarefa fundamental do historiador.

A ética na ciência histórica passa pelo ater-se à ciência, à verdade e ao conhecimento científico. Logo, a honestidade intelectual do historiador passa pelo não ocultamento de outras matrizes explicativas que não sejam as suas e pela explicitação dos limites e dificuldades do seu trabalho assim como das suas perspectivas teórico-metodológicas.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.333-334.

BARRAL, Condessa de. *Cartas à suas majestades – 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. [online] Disponível em <http://correiodabahia.com.br>. 2004. Arquivo capturado em outubro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Herança Filantrópica*. [online] Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em outubro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado*. [online] Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Paixão outoniça*. [online] Disponível na internet em <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. [online] Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.) *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. São Paulo: Forense Universitária, 1983

GOERGEN, Pedro. Questões Im-pertinentes para a Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, vol. 32, nº3, São Paulo, Set/Dez., 2006.

GOTLIB, Nádya Batella. Na contramão da história biográfica .In: MOREIRA, Maria Eunice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.) *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MAGALHÃES JR. Raimundo. *D. Pedro II e a condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956, 436p.

NOSELLA, Paolo. Ética e Pesquisa. *Educação e Sociedade*, vol. 29, nº 102, Campinas, Jan/Abr., 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004, p. 219.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha–nova história. *Nuevos Mundos, Mundos Nuevos. Debates*, 2006. Disponível em <http://nuevosmundo.revues.org/1560>. Acesso em 10 de maio de 2011.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.